

SEGURIDADE SOCIAL EM GOIÂNIA: SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - DÉCADA DE 1990 - GESTÃO, FINANCIAMENTO E CONTROLE SOCIAL

Elizangela Conceição Ribeiro (Acadêmica); Profa. Dra. Walderez Loureiro Miguel (Orientadora).

A pesquisa tem como eixo temático, “O processo de gestão/financiamento e controle social em Goiânia - 1993 – 1996”. É relevante na qual contribui com o conhecimento abrangente em relação as suas três esferas da política de Seguridade Social que engloba a saúde, previdência e assistência social, onde fica claro que estas três dimensões são inseparáveis, pois uma depende da outra para sua ampliação e efetiva concretização. Tem como objetivo contextualizar o processo histórico da Assistência Social em Goiânia, no período de 1993 a 1996 no que refere à gestão, financiamento e o controle social, na qual se pode avaliar e analisar em âmbito municipal e pesquisar o processo de implantação e implementação da política de assistência social no município de Goiânia. Faz-se também necessário conhecer como foram operacionalizadas as fontes de financiamento pelo órgão gestores da Assistência Social. Essa pesquisa e a monitoria em Serviço Social e Teoria Política, dentre outras experiências na academia relacionado ao curso vem contribuir na qualificação do conhecimento da pesquisadora e pode também subsidiar em sua formação continuada e ampliar seus conhecimentos através do mestrado em Serviço Social, no que se refere às políticas sociais, assim contribuir com a produção científica do SER/NUPESE/UCG. A política de Assistência Social que se configura hoje como um direito social, vários atores sociais lutaram, construíram e deixaram uma história, houve grandes conflitos e embates para conquista dos direitos sociais e essa história ela continua sendo construída, para entender como se deu é preciso voltar na conjuntura política da década de 70 que marcou o principio da organização dos movimentos populares no ambiente da ditadura, os canais de participação estavam totalmente bloqueados. Somente na década de 80, com a transição democrática, começa a se destacar a questão da participação institucional, sobretudo a partir das eleições estaduais de 1982, que inauguram as experiências dos vários conselhos organizados no período. Tal participação é problemática e,...Ritualística. Desencadeiam-se conflitos e disputas em função dos processos de cooptação e manipulação que caracterizavam relações entre grupos populares e governos. No final da década, inicia-se a experiência dos conselhos criados a partir da nova Constituição, para onde convergira o processo acumulado até então. O tema da institucionalização da participação torna a ser apresentado, só que agora em novas bases e num contexto sóciopolítico moldado pelas alterações peculiares dos primeiros anos da década de 90. (...) Nesse novo contexto societário, os movimentos populares e a organização coletiva passam a ser interpelado, o que os obrigou a redefinir concepções e práticas adotadas. A criação de novos fóruns de participação da sociedade civil no âmbito das políticas públicas é impulsionada pelo movimento associativo que mobiliza novas organizações e sujeitos sociais. Trata-se agora de penetrar na institucionalidade estatal para inscrever conquistas e direitos e interferir na própria definição e gestão das políticas sociais e redimensionar, ao mesmo tempo, o padrão de regulação das relações entre Estado e sociedade civil. Raichelis (2005: 272-73). Numa determinada conjuntura é necessário fazer essa uma relação histórica, pode-se dizer que

quando Gramsci fala da hegemonia como “direção intelectual e moral”, afirma que essa direção deve exercer-se no campo das idéias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social. Isso porque não há direção política sem consenso. A hegemonia pode criar, também, a subalternidade de outros grupos sociais que não se refere à submissão à força, mas também às idéias. Não se pode perder de vista que a classe dominante repasse a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais, que Gramsci denomina “aparelhos privados de hegemonia”, incluindo: a Escola, a Igreja, os Jornais e os meios de comunicação de maneira geral. Esses aparelhos têm por finalidade inculcar nas classes explorada a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isso ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural. Simionatto (2004: 44). A partir dessas colocações observa-se que para compreender uma determinada conjuntura se faz necessário aprofundar em sua totalidade histórica, política, social, cultural e econômica; Tema esses que direcionam em determinados períodos da história em certos embates sociais, mostra-se a importância de uma análise profunda em que se pode contribuir como um intelectual orgânico na construção de um novo projeto societário, esse projeto só poderá ser construído com o exercício/participação da sociedade civil de uma forma politizada, organizada e articulada, onde possam contribuir nas decisões tomadas de uma forma democrática.

Apoio: Voluntário.